



GRUPO I – CLASSE VII – Plenário

TC 000.157/2024-4

Natureza: Representação.

Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.

Responsável: Liugong Latin America Maquinas Para Construção Pesada Ltda. (11.260.925/0002-79).

Representação legal: Cassio Gomes Pereira (285879/OAB-SP), representando Liugong Latin America Maquinas Para Construção Pesada Ltda.; Adao Jose Fernandes Junior (178303/OAB-MG) e Romulo Greficce Miguel Martins (180285/OAB-MG), representando Xcmg Brasil Industria Ltda.

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS. FRAUDE À LICITAÇÃO. OITIVA DA EMPRESA ENVOLVIDA NA FRAUDE. DEFESA REJEITADA. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE. CIÊNCIA.

RELATÓRIO

Adoto, como relatório, a instrução elaborada pela Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (peça 38):

**INTRODUÇÃO**

*1. Trata-se de representação a respeito de possível apresentação de documentação falsa pela empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda. (CNPJ: 11.260.925/0002-79) para comprovar sua qualificação técnica no Pregão Eletrônico – SRP 14/2023 sob a responsabilidade de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – Dnocs, com valor estimado de R\$ 65.307.960,00, cujo objeto foi a aquisição de retroescavadeiras hidráulicas. Afirma-se que a empresa citada forneceu uma declaração falsa de assistência técnica nos estados exigidos pelo edital.*

*2. O pregão em análise é regido pela Lei 10.520/2002 (Lei do Pregão) e subsidiariamente a Lei 8.666/1993.*

*3. Seguem abaixo informações adicionais sobre o certame:*

*a) Situação: homologado.*

*b) Valor homologado: R\$ 59.400.000,00.*

*c) A ata de registro de preços decorrente da licitação foi firmada em 11/12/2023 com a empresa XCMG Brasil Indústria Ltda (CNPJ: 14.707.364/0001-10) com vigência de 13/12/2023 a 13/12/2024.*

*d) Não houve pedido de impugnação do edital.*

**IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS**

<b>RESPONSÁVEL E CPF</b>	<b>REPRESENTANTE LEGAL</b>	<b>PROCURAÇÃO</b>	<b>HÁ PEDIDO DE SUST. ORAL?</b>
<i>Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda. (CNPJ: 11.260.925/0002-79)</i>	<i>Cássio Gomes Pereira (OAB/SP 285.879)</i>	<i>Peça 34</i>	<i>Não</i>

**HISTÓRICO**

4. O representante alegou, em suma (peça 1), que a empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda. teria prestado falsa declaração de assistência técnica nos estados para comprovar a qualificação técnica no âmbito do Pregão Eletrônico 014/2023, com possível fraude à licitação.

5. Na instrução inicial (peças 21-22), a Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações) julgou apropriado e pertinente suspender os autos até a finalização do procedimento administrativo iniciado pelo Dnocs (peça 20). Este procedimento visa apurar a responsabilidade da empresa Liugong, devido à competência originária para aplicar a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. Além disso, propôs a diligência do Dnocs para encaminhar relatório conclusivo a este Tribunal ao concluir a apuração de responsabilidade da empresa.

6. Em despacho (peça 24), o Ministro Relator acolheu parcialmente a proposta da Unidade Técnica. Ratificou a diligência para obtenção de informação sobre o processo administrativo autuado para apuração de responsabilidade da Ligong, porém determinou desde logo a **audiência** da empresa com vistas a possível aplicação de penalidade pelo Tribunal.

7. Promovidas a diligência do Dnocs sobre o processo administrativo autuado e a audiência da Liugong quanto às alegações do representante, passa-se a analisar as respostas apresentadas, tópico a tópico, conforme transcrição/contextualização a seguir.

**HISTÓRICO DE COMUNICAÇÕES****DESPACHO DO RELATOR OU DA UNIDADE TÉCNICA (DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA):**

7.1. Despacho (peça 24, data: 15/5/2024)

**OFÍCIOS ENCAMINHADOS PELO TCU AOS RESPONSÁVEIS**

7.2. Diligência do Dnocs: Ofício 22089/2024-TCU/Seproc (peça 26); e

7.3. Audiência da Liugong: Ofício 22088/2024-TCU/Seproc (peça 28).

**DOCUMENTOS APRESENTADOS EM RESPOSTA À AUDIÊNCIA****PELO SOCIEDADE EMPRESÁRIA**

7.4. Plano de negócio entre a Liugong e futura empresa de assistência técnica (peça 35); e

7.5. Razões de justificativa da Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda. (peça 36).

**EXAME TÉCNICO****I.1. Exame das diligências realizadas:**



***Resposta a diligência apresentada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – Dnocs, em resposta ao Ofício Ofício 22089/2024-TCU/Seproc:***

***Considerando os indícios de fraude na documentação apresentada pela Liugong Latin América Máquinas para Construção Pesada Ltda., determino a realização de diligência do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas para que informe sobre o processo administrativo n. 59400.006220/2023-81, autuado para apuração de responsabilidade da empresa (peça 24).***

***Resposta à diligência da Unidade Jurisdicionada:***

8. *A análise do DNOCS sobre a denúncia contra a Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda. no Pregão Eletrônico nº 14/2023 revelou que a "Declaração de Assistência Técnica" apresentada pela empresa continha informações falsas. As diligências confirmaram que as empresas Ailton Veículos e Oficina Pontual, listadas como assistências técnicas, não tinham qualquer vínculo com a Liugong, não possuíam estoque de peças nem capacidade para prestar os serviços mencionados. Após a constatação das irregularidades, a Liugong formalizou sua desistência do certame.*

9. *Essas ações e omissões da Liugong geraram despesas adicionais ao DNOCS e configuraram uma perturbação ao desenvolvimento regular da licitação, caracterizando, em tese, uma infração administrativa. Com base nisso, a autoridade responsável determinou a apuração de responsabilidade da Liugong.*

***Análise:***

10. *Em sua resposta à diligência (peças 32-33), o Dnocs limitou-se a confirmar os indícios de irregularidade praticada pela Liugong, reafirmando os fatos descritos no Termo de Diligência (peça 16), os quais propiciaram a abertura de processo administrativo em questão. porém sem esclarecer sobre as providências para apurar a responsabilidade da empresa.*

***I.2. Exame da audiência realizada:***

***Razões de justificativa apresentadas por Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda., em resposta ao Ofício Ofício 22088/2024-TCU/Seproc:***

***Item “a” (peça 24): apresentação do documento intitulado “Declaração de Assistência Técnica” (peça 7), a título de comprovação da qualificação técnica exigida pelo subitem 17.3.1.2 do instrumento convocatório (peça 5, p. 43), com indícios de conteúdo falso, conforme evidenciam os documentos apresentados ao Tribunal pelo representante (peça 13) e as respostas às diligências promovidas pelo Dnocs (peça 16, p. 4), que permitem inferir que os prestadoras de serviços de assistência técnica indicados no referido documento não possuem infraestrutura nem capacidade técnica necessária para prestar assistência técnica a retroescavadeiras hidráulicas; não possuem vínculo jurídico com a Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda.; não atuam como assistência técnica da marca; e não mantêm estoque de peças nem dispõem de funcionários qualificados para atender seus clientes;***

***Item “b” (peça 24): apresentação da declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, apesar de não possuir assistência técnica na área de atuação do Dnocs (peça 6); e***

***Item “c” (peça 24): resposta ao recurso administrativo assegurando a idoneidade da sua “Declaração de Assistência Técnica” e reafirmando o cumprimento integral das exigências do edital (peça 14).***

***Razões de justificativa do responsável:***

11. *A Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda. apresentou*



sua defesa em resposta às alegações de irregularidades no Pregão Eletrônico 014/2023, organizado pelo Dnocs. A empresa afirmou que sempre pautou suas ações pela ética, transparência e conformidade com as normas legais. Esclareceu que as negociações com a STA para a prestação de assistência técnica estavam em estágio avançado, evidenciadas por e-mails, minutas contratuais e agendas de reuniões anexos à defesa. Estes documentos foram apresentados como prova da seriedade das negociações e da expectativa legítima de formalização do acordo.

12. Declarou que a "Declaração de Assistência Técnica" apresentada foi baseada nessas negociações em curso e que a empresa acreditava de boa-fé na formalização tempestiva do acordo para cumprir todas as exigências editalícias. A empresa destacou sua intenção inequívoca de atender plenamente às demandas do Dnocs, demonstrando ações diligentes e prontidão em fornecer qualquer documentação suplementar necessária.

13. Em relação à desistência do processo licitatório, a Liugong explicou que, ao perceber que não seria possível formalizar o acordo com a STA dentro do prazo estabelecido, agiu de forma responsável e ética ao desistir do certame. Essa desistência ocorreu antes da conclusão das diligências, evidenciando a transparência e o comprometimento da empresa com a legalidade. A justificativa para a desistência foi destacada como um ato de responsabilidade para evitar qualquer prejuízo à Administração Pública.

14. A Liugong enfatizou que não houve intenção fraudulenta ou má-fé na apresentação da "Declaração de Assistência Técnica", que foi fundamentada em negociações legítimas e avançadas. A empresa reiterou sua disposição para colaborar integralmente com as investigações e fornecer todas as informações necessárias para o pleno esclarecimento dos fatos.

15. Na conclusão, a Liugong reafirmou seu compromisso com a transparência e a legalidade em todos os seus processos. Solicitou a reconsideração das acusações à luz das provas apresentadas, que atestam a boa-fé da empresa e sua intenção de cumprir todas as obrigações contratuais. A empresa colocou-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Análise:

16. A Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda. em resposta à audiência, admitiu o indício de que sua "Declaração de Assistência Técnica", com o objetivo de comprovar sua capacidade técnica exigida pelo edital, não correspondia à realidade dos fatos quando da emissão quanto à oferta de assistência técnica da empresa STA (Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas) (peça 7) e nem mencionou a empresa Ailton Veículos Ltda. que foi a primeira a ser visitada pela investigação conduzida pelo Dnocs (peça 16).

17. A investigação supracitada consistiu em diligências realizadas pelo Dnocs nos endereços fornecidos pela Liugong, com foco especial nos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba (peça 15, p. 2). Essas verificações revelaram inconsistências significativas, incluindo a declaração do proprietário da empresa Ailton Veículos Ltda. de que não possuía qualquer vínculo com a Liugong e não oferecia o tipo de assistência técnica alegada pela fabricante (peça 16, p. 4). Em resposta a diligência realizada por esse Tribunal (peças 32-33), o Dnocs concluiu pela não veracidade da declaração e determinou a apuração da responsabilidade da Liugong.

18. A declaração de assistência técnica foi apresentada pela Liugong como uma realidade consolidada, enquanto, na verdade, estava baseada em negociações que ainda não haviam sido formalizadas. Esse fato configura a apresentação de informações enganosas no processo licitatório, independentemente da intenção de boa-fé alegada pela empresa.

19. A aceitação inicial da declaração falsa permitiu que a Liugong fosse habilitada no certame, o que poderia ter prejudicado outros concorrentes e comprometido a isonomia e a



*moralidade do processo licitatório.*

20. *Em que pese os argumentos apresentados, a jurisprudência do TCU é consolidada no sentido de que a mera apresentação de declaração com conteúdo falso caracteriza o ilícito administrativo de fraude à licitação e enseja a declaração da inidoneidade da licitante fraudadora, não sendo necessário para a configuração do ilícito que a autora obtenha a vantagem esperada. (Acórdão 1.334/2012-TCU-Plenário; Relator Ministro Raimundo Carreiro; Acórdão 2.179/2010-TCU-Plenário; Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues)*

21. *A desistência da Liugong, embora apresentada como um ato de responsabilidade, ocorreu após a constatação das irregularidades pelas diligências do Dnocs. Isto pode ser visto como uma tentativa de evitar sanções mais severas. No entanto, a desistência não elimina a gravidade da apresentação inicial de informações falsas, que já havia impactado o processo licitatório. A infração administrativa restou configurada independente da desistência.*

22. *Portanto, uma declaração com conteúdo falso foi apresentada na licitação pública, sendo certo que a Administração precisa zelar pela lisura de seus certames. Além disso, apesar da Liugong alegar ausência de voluntariedade e de má-fé, não somente apresentou a declaração inidônea (peça 7) como também declarou que cumpria todos os requisitos de habilitação no edital (peça 6), reafirmou o cumprimento integral das exigências editalícias em contrarrazão recursal (peça 14) bem como sequer justificou a falsidade em relação à empresa Ailton Veículos Ltda. (peça 16).*

23. *Diante do que foi exposto, entende-se que as razões de justificativa apresentadas pela empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda. devem ser **rejeitadas** e que lhe deve ser aplicada a pena prevista no art. 46 da Lei 8.443/1992, tendo em vista a prática de fraude comprovada à licitação, consubstanciada na apresentação de declaração com conteúdo falso.*

### **CONCLUSÃO**

24. *Diante do exposto, propõe-se o conhecimento da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014.*

25. *Quanto aos indícios de irregularidades, os elementos constantes dos autos permitem, desde já, a avaliação quanto ao **mérito** da presente representação como **procedente**.*

26. *Será proposta, portanto, a **declaração de inidoneidade** da empresa representada.*

27. *Por fim, diante dos encaminhamentos propostos, entende-se que não haverá impacto relevante na unidade jurisdicionada e/ou na sociedade.*

### **INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

28. *Não houve pedido de ingresso aos autos.*

29. *Não houve pedido de vista e/ou cópia.*

30. *Não houve pedido de sustentação oral.*

31. *Não há processos conexos e apensos.*

### **PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

32. *Em virtude do exposto, propõe-se:*





32.1. **conhecer** da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

32.2. **no mérito**, considerar a presente representação **procedente**;

32.3. **rejeitar** as razões de justificativa apresentadas pela empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda. (CNPJ: 11.260.925/0002-79);

32.4. **declarar a inidoneidade** da empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda. (CNPJ: 11.260.925/0002-79), para participar de licitação na Administração Pública Federal ou ser contratada pela Administração Pública Federal, bem como daquelas realizadas pela Administração Pública de estados, distrito federal e municípios em que haja aporte de recursos federais, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992, em virtude de prática fraudulenta comprovada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 14/2023, conduzido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – Dnocs, caracterizada pela apresentação de declaração de conteúdo falso contrariando a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 1.334/2012-TCU-Plenário, 2.179/2010-TCU-Plenário, entre outros.

32.5. **informar** ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – Dnocs e ao representante do acórdão que vier a ser proferido, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada, caso existentes, podem ser acessados por meio do endereço eletrônico [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos);

32.6. **encaminhar** cópia da deliberação que vier a ser proferida à Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda. (CNPJ: 11.260.925/0002-79), bem como aos seus representantes legais; e

32.7. **arquivar** os presentes autos, nos termos art. 169, II, do Regimento Interno/TCU.



## VOTO

Trata-se de representação formulada pela XCMG Brasil Indústria Ltda. acerca de possível fraude em licitação praticada pela empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda., por meio da apresentação de declaração falsa para comprovação de qualificação técnica no Pregão Eletrônico SRP 14/2023, realizado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), para aquisição de retroescavadeiras hidráulicas, sob o valor estimado de R\$ 65.307.960,00.

Para a comprovação da qualificação técnica necessária para a execução do objeto, o edital exigiu, no item 17.3.1.2, a apresentação do seguinte documento: “declaração ou apresentação da rede de assistência técnica autorizada, que os fabricantes dos bens fornecidos possuem assistência técnica na área de atuação do DNOCS, sendo eles: Ceará, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Bahia, Sergipe e Minas Gerais” (peça 5, p. 43).

A empresa Liugong, por sua vez, apresentou declaração de que possuía assistência técnica prestada pelas seguintes empresas: a) Cequip Importação e Companhia Ltda. (Ceará); b) STA Caminhões Veículos e Serviços Ltda. (Paraíba); c) Comércio de Peças Pesadas e Serviços Ltda. (Pernambuco); d) STA Caminhões RN Veículos e Serviços Ltda. (Rio Grande do Norte); e) STA Motors Veículos e Serviços Ltda. (Alagoas); f) Lokcenter Locações e Comércio de Equipamentos para Construção Ltda. (Piauí); g) Nordeste Comercial de Implementos Rodoviários Ltda. (Bahia); h) Ailton Veículos Ltda. (Sergipe); i) Tractorbel Equipamentos Ltda. (Minas Gerais) - peça 7.

Diante da dúvida quanto à veracidade do documento apresentado pela licitante, o Dnocs realizou diligência pessoal na empresa Ailton Veículos Ltda., oportunidade em que identificou “que a AILTON VEÍCULOS e a OFICINA PONTUAL não são assistência técnica autorizada da marca LIUGONG e que não possuem nenhuma relação jurídica com a LIUGONG bem como não possuem estoque e nem comercializam peças da marca LIUGONG”, bem como, em contato com representante da empresa STA Motors, foi negada a existência da prestação de serviços de assistência técnica da marca Liugong (peça 16, p. 4).

Ato contínuo, a empresa Liugong requereu a desistência de participação no certame, sob o argumento de que necessitaria reestruturar a rede de assistência técnica (peça 16, p. 4).

Em audiência, a empresa limitou-se a afirmar que haveria negociações com a empresa STA para a prestação de assistência técnica em estágio avançado, não tendo agido com intenção fraudulenta ou má-fé.

No mérito, a unidade especializada propõe conhecer e julgar procedente a representação, além de declarar a inidoneidade da empresa fraudadora para participar de licitação na Administração Pública Federal.

Feito esse breve resumo, **decido**.

Conheço da representação, por preencher os requisitos atinentes à espécie.

No mérito, acompanho a proposta da unidade instrutiva quanto à ocorrência de fraude no pregão promovido pelo Dnocs, perpetrada a partir de declarações emitidas pela licitante Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda., cuja veracidade não restou comprovada.

É gravíssima a conclusão advinda da diligência promovida pelo Dnocs de que a declaração de rede de assistência técnica, de autoria da empresa Liugong, indicasse a existência de rede de assistência em nove Estados distintos, sendo que a investigação demonstrou que essa informação era falsa para três dessas localidades.



Ademais, os fatos narrados no termo de diligência do Dnocs revelam a possibilidade de toda essa rede de assistência técnica ser falsa, o que só não foi comprovado em razão da interrupção da diligência em curso, que estava a destino de outro Estado da Federação, com o telefonema da licitante fraudadora noticiando a sua desistência do certame (peça 16, p. 4).

Embora esteja devidamente comprovado que 3 das 9 empresas listadas não prestavam assistência técnica da marca específica da ofertante, a declaração falsa de apenas uma única empresa já seria motivo justo para o reconhecimento de fraude à licitação.

A implementação de uma rede de assistência técnica, com o treinamento de pessoal e fornecimento contínuo de peças de reparo, em curto espaço de tempo e em abrangente espaço territorial, não seria uma ação que pudesse ser rapidamente executada, motivo pelo qual se avizinhava um risco concreto de aquisição de retroescavadeiras que estariam paradas nos pátios do Dnocs, por impossibilidade de manutenção do maquinário, sob o elevado valor de mais de R\$ 60 milhões.

A defesa da licitante limita-se a afirmações genéricas de que pautaria suas ações pela ética, transparência e conformidade com as normas legais, afirmação que contrasta diretamente com os fatos e provas contidos na presente representação.

Também fora alegado a existência de negociações, em estágio avançado, com a empresa STA Motors, para a prestação de assistência técnica. Ora, a alegação é a própria confissão de que, no momento da licitação, a empresa não detinha a capacidade técnica exigida no edital de licitação. Ademais, além da ausência de evidências concretas sobre a suposta negociação, também não foi apresentada nenhuma prova sobre a existência de rede de assistência técnica nos demais Estados.

Diante da gravidade da ocorrência, conheço da representação, julgo-a procedente e declaro a inidoneidade da empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda., para licitar, por 5 (cinco) anos, com a Administração Pública Federal, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992.

Ante o exposto, VOTO para que seja adotada a minuta de acórdão que trago ao exame deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 25 de setembro de 2024.

WALTON ALENCAR RODRIGUES  
Relator





ACÓRDÃO Nº 1997/2024 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 000.157/2024-4.
2. Grupo I – Classe de Assunto: VII – Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
  - 3.1. Responsável: Liugong Latin America Máquinas Para Construção Pesada Ltda. (11.260.925/0002-79).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).
8. Representação legal: Cassio Gomes Pereira (285879/OAB-SP), Adão Jose Fernandes Junior (178303/OAB-MG), Romulo Greficce Miguel Martins (180285/OAB-MG) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela XCMG Brasil Indústria Ltda. acerca de possível fraude em licitação praticada pela empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda., por meio da apresentação de declaração falsa no Pregão Eletrônico SRP 14/2023, realizado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, para aquisição de retroescavadeiras hidráulicas;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1. conhecer da representação para, no mérito, considerá-la procedente;
- 9.2. rejeitar a defesa da empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda.;
- 9.3. declarar a inidoneidade da empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda., para licitar, por 5 (cinco) anos, com a Administração Pública Federal, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992;
- 9.4. dar ciência deste Acórdão ao responsável e interessados; e
- 9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 39/2024 – Plenário.
11. Data da Sessão: 25/9/2024 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1997-39/24-P.



13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Aroldo Cedraz, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

(Assinado Eletronicamente)

**BRUNO DANTAS**

Presidente

(Assinado Eletronicamente)

**WALTON ALENCAR RODRIGUES**

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

**CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA**

Procuradora-Geral